# TERMO ADITIVO

Processo nº 1450.01.0244062/2024-77

**DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE COMPLEXO PENAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A – GPA.**

**O ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP,** com sede em Belo Horizonte/MG, na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 – Cidade Administrativa - Prédio Minas - 3º andar - Bairro Serra Verde, CEP 31.630-900, inscrita no CNPJ nº 05.487.631/0001-09, neste ato representada pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Sr. Rogério Greco, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 060145521 e do CPF nº 746.898.787-49, neste ato denominado PODER CONCEDENTE, e a empresa **GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A – GPA**, com sede em Ribeirão das Neves/MG, na Rua Esplanada, s/n – Fazenda Mato Grosso –

Complexo Penitenciário, CEP 33.805-660, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.880.989/0001-29, representada por seu Diretor-Presidente Leonardo Melhorato Grilo, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.156.787 SSP/SP e do CPF sob nº 031.932.367-64, e pelo seu Diretor Institucional Marcelo José Gonçalves da Costa, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº MG 1.181.025 SPP MG e do CPF sob nº 315.223.516-04, neste ato denominada **CONCESSIONÁRIA**.

Resolvem celebrar este **DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA** para construção e gestão do **COMPLEXO PENAL**, no Estado de Minas Gerais, em conformidade com Lei Federal nº 11.079/04 (Lei Federal de Parcerias Público Privadas), Lei Estadual nº 14.868/03 (Lei Estadual de Parcerias Público Privadas), Decreto Estadual nº 43.702/03 e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666/93 (Lei Geral das Licitações) com suas alterações, Lei Federal nº 9.987/95 (Lei Geral das Concessões), Lei Federal nº 9.074/95 e demais normas que regem a matéria, que se regulará pelo disposto no CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA N° 336039.54.1338.09 e seus anexos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração do Contrato de Concessão Administrativa nº 336039.54.1338.09 para implementar a nova estrutura de avaliação, habilitação e bonificação do Parâmetro Anual de Desempenho (PAD), conforme conclusões resultantes do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução SEJUSP nº 2167/2024, nos seguintes termos:

A) **Substituir** integralmente da redação dos itens 14.14, 14.14.1, 14.14.2, 14.15 e 14.15.1 do Contrato de Concessão Administrativa, que passam a vigorar com a seguinte redação:

> 14.14. A PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO será adimplida anualmente pelo PODER CONCEDENTE, exclusivamente com base na avaliação do cumprimento das Metas Extras propostas e aprovadas, nos termos do Sistema de Mensuração de Desempenho e Disponibilidade (SMDD), integrante do Anexo X, e das demais condições estabelecidas para este fim:
>
> 14.14.1. A apresentação das Metas Extras pela CONCESSIONÁRIA estará condicionada à sua habilitação prévia, a ser obtida mediante a entrega, análise e aprovação, pelo PODER CONCEDENTE, dos Planos de Obrigações Contratuais, por meio do Relatório de Execução de Obrigações Contratuais.
>
> 14.14.2. O PODER CONCEDENTE deverá acompanhar a execução dos Planos de Obrigações Contratuais, emitindo, ao final do ciclo, o Relatório de Execução de Obrigações Contratuais, com base no atingimento de parâmetros mínimos estabelecidos para este fim, cuja conclusão servirá como requisito de habilitação da Concessionária para a posterior apresentação das Metas Extras.
>
> 14.15. O pagamento do valor referente à PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO fica condicionado à execução comprovada das Metas Extras previamente aprovadas pelo PODER CONCEDENTE, e deverá ser realizado até o último dia do mês de março do ano subsequente ao ciclo de avaliação.
>
> 14.15.1. O valor global da PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO não poderá exceder 1,5% (um e meio por cento) da receita total da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA auferida pela CONCESSIONÁRIA nos 12 (doze) meses a que corresponder o ciclo de execução das Metas Extras, sendo o pagamento condicionado ao Relatório de Execução de Metas Extras.

**Incluir** a redação dos itens 14.14.3, 14.14.4, 14.14.5 do Contrato de Concessão Administrativa, nos seguintes termos:

> 14.14.3. Caso habilitada, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar propostas de Metas Extras para aprovação, indicando para cada uma delas a justificativa, o escopo, a abrangência e o percentual do vPAD pretendido, respeitado o limite global anual.
>
> 14.14.4. O PODER CONCEDENTE analisará as propostas de Metas Extras, podendo solicitar

esclarecimentos, ajustes ou complementações, e decidirá motivadamente sobre a aprovação, rejeição ou modulação das metas e de seus respectivos valores, observado o rito e os prazos estabelecidos.

14.14.5. As Metas Extras aprovadas passarão a integrar formalmente o escopo do ciclo do PAD, cabendo à CONCESSIONÁRIA a execução integral das ações previstas e o fornecimento das informações, documentos e evidências solicitadas no âmbito de cada meta ou requeridas pelo PODER CONCEDENTE. A aferição do cumprimento das metas ficará a cargo do PODER CONCEDENTE, que emitirá o Relatório de Execução de Metas Extras, fundamentando o resultado da avaliação para fins de apuração e pagamento do vPAD.

B) **Alterar** a redação do parágrafo do item 3.1 do Anexo IX – Caderno de Encargos da Concessionária (CEC), nos seguintes termos:

Onde se lê:
A CONTRATADA deverá desenvolver as atividades assistenciais de forma a buscar, tanto quanto possível, a ressocialização do sentenciado. Neste sentido deve buscar aplicar as melhores técnicas existentes à época cuja implementação de tais técnicas deverá também ser incorporada nos planos e relatórios onde conceitos e notas serão considerados no cálculo do parâmetro anual de desempenho, consoante descrito no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE.

Leia-se:
A CONTRATADA deverá desenvolver as atividades assistenciais com vistas à promoção da ressocialização do sentenciado, empregando, sempre que possível, as melhores técnicas disponíveis à época. O aprimoramento das práticas deverá ser incorporado anualmente aos planos apresentados ao Poder Concedente, nos termos deste anexo.

**Substituir** integralmente a redação dos itens 3.3 e 3.4 do Anexo IX – Caderno de Encargos da Concessionária (CEC) do Contrato de Concessão, nos seguintes termos:

3.3 Planos, relatórios e metas extras

3.3.1. Abordagem geral

As atividades da Concessionária, no que se refere ao cumprimento das obrigações contratuais, estruturam-se por meio da elaboração anual de planos detalhados, que servem como instrumentos formais de planejamento, acompanhamento e fiscalização pelo Poder Concedente. Estes planos constituem a via formal para apresentação, análise e avaliação do cumprimento das obrigações contratadas, permitindo a verificação objetiva do desempenho da Concessionária, e viabilizando sua habilitação para a proposição de metas extras. O pagamento relativo ao Parâmetro Anual de Desempenho (PAD) está vinculado, exclusivamente, ao Relatório de Execução das Metas Extras, não se confundindo com o cumprimento das obrigações dispostas nos Planos de Execução de Obrigações Contratuais.

Planos e relatórios

Os planos referentes às obrigações contratuais, que abrangem as áreas de segurança, assistência social, assistência educacional, assistência ao trabalho, atividades desportivo-recreativas e artístico-culturais, assistência à saúde, assistência material e manutenção da infraestrutura, deverão contemplar e ser executados no período de 1º de julho do ano de referência a 30 de junho do ano subsequente, totalizando 12 meses. Os planos deverão ser apresentados ao Poder Concedente até o dia 01 do mês de abril de cada ano, sendo que sua execução será avaliada para fins de habilitação da Concessionária para apresentação de Metas Extras.

Até o dia 15 de maio do ano vigente, o Poder Concedente deverá analisar e emitir parecer sobre os Planos apresentados. Após a emissão do parecer, a Concessionária deverá realizar as

adequações necessárias, podendo haver reunião técnica, caso solicitado pelas partes, para esclarecimentos e definição dos ajustes, que deverão ser encaminhados ao Poder Concedente até o dia 30 de maio do ano em questão. Até o dia 15 de junho do ano vigente, o Poder Concedente deverá emitir parecer final acerca dos planos apresentados.

De 01º de julho do ano de apresentação do plano até 30 de junho do ano seguinte, a Concessionária executará os Planos previamente aprovados, sob acompanhamento regular do Poder Concedente.

Até o dia 01º de agosto do ano subsequente ao início da Execução dos Planos, o Poder Concedente deverá emitir Relatório de Execução de Obrigações Contratuais, conforme critérios de avaliação disposto no CEC, contendo parecer conclusivo quanto à habilitação da Concessionária para apresentação das Metas Extras.

Fluxo dos Planos de Execução de Obrigações Contratuais

| Etapa | Responsável | Data Limite |
|---|---|---|
| Apresentação dos Planos de Execução de Obrigações Contratuais | Concessionária | Até 01 de abril – Ano vigente |
| Emissão de parecer referente aos Planos apresentados | Poder Concedente | Até 15 de maio – Ano vigente |
| Adequações e encaminhamento ao Poder Concedente | Concessionária | Até 30 de maio - Ano vigente |
| Manifestação final do Poder Concedente concernente a aprovação dos planos | Poder Concedente | Até 15 de junho – Ano vigente |
| Início da Execução dos Planos de Execução de Obrigações Contratuais | Concessionária | 01 de julho – Ano vigente |
| Término da Execução dos Planos de Execução de Obrigações Contratuais | Concessionária | 30 de junho – Ano subsequente |
| Emissão do Relatório de Execução de Obrigações Contratuais, contendo manifestação sobre a habilitação da Concessionária para apresentação das Metas Extras | Poder Concedente | Até 01 de agosto – Ano subsequente |

A aprovação dos Planos constitui requisito para sua execução, não representando por si só, a habilitação à etapa de apresentação das Metas Extras pela Concessionária, que deverá ser avaliado por meio do Relatório de Execução de Obrigações Contratuais.

As obrigações descritas no quadro geral de obrigações de cada área poderão ser aglomeradas no detalhamento e no formato de execução dos planos, especialmente quando se repetem, se assemelham ou possuem o mesmo formato de execução.

Caberá à Concessionária indicar a consolidação das obrigações contratuais, que constarão nos Planos de Execução de Obrigações Contratuais.

Os Planos previstos nos itens 3.3.2.1 – Plano Anual de Segurança e Monitoramento Interno 3.3.9.1. – Plano Anual de Manutenção devem ser encaminhados pela CONCESSIONÁRIA e avaliados pelo PODER CONCEDENTE, com aprovação ou pedido de alterações, caso se faça

necessário, independente do interesse da Concessionária no processo de habilitação para apresentação de Metas Extras, considerando tratar-se de obrigações previstas no item 3.2.2.4 do Caderno de Encargos e no item 2.2 da Pré-qualificação A análise e aprovação dos Planos de Obrigações Contratuais citados acima não representa, por si só, habilitação da Concessionária para a apresentação das Metas Extras.

3.3.2. Sistema de segurança e monitoramento interno

3.3.2.1. Plano Anual de Segurança e Monitoramento Interno

Sem prejuízo do disposto neste Caderno de Encargos, o Plano Anual de Segurança e Monitoramento Interno deverá conter a descrição detalhada das atividades e serviços correlatos à segurança e ao monitoramento, bem como à manutenção do sistema de segurança, incluindo os procedimentos, equipamentos e contingente de profissionais referentes a cada Unidade Penal, mencionando inclusive o contingente mínimo de Agentes de Monitoramento utilizados para os cálculos previstos no Sistema de Mensuração de Desempenho e Disponibilidade.

O plano servirá como instrumento formal de acompanhamento e fiscalização pelo Poder Concedente e, ainda, deverá contemplar a descrição das obrigações contratuais da área, o detalhamento do formato de execução (como e quando serão executadas), a indicação das evidências de cumprimento e os cronogramas respectivos, quando aplicáveis.

3.3.2.2. Relatório de Execução de Obrigações Contratuais de Segurança e Monitoramento Interno

O Relatório de Execução de Obrigações Contratuais de Segurança e Monitoramento Interno, elaborado pelo Poder Concedente, avaliará a aderência das atividades e dos serviços previstos no Plano de Execução das Obrigações Contratuais com o que foi executado durante o período de 1º de julho do ano anterior a 30 de junho do ano vigente

O Relatório deverá indicar, para cada Unidade Penal, conforme critério de avaliação, o conceito alcançado quanto à execução das atividades e serviços de Segurança e Monitoramento Interno.

Os conceitos atribuídos serão utilizados pelo Poder Concedente como subsídio para a análise do cumprimento das obrigações contratuais, de forma a possibilitar a habilitação da Concessionária para a etapa de apresentação de Metas Extras.

3.3.3. Assistência Social

3.3.3.1. Plano Anual de Assistência Social

O Plano Anual de Assistência Social tem como objetivo estabelecer, de forma organizada e detalhada, todas as atividades que a Concessionária deverá executar na área de Assistência Social durante o ciclo anual de referência, em atendimento às obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA previstas neste Caderno de Encargos.

O plano servirá como instrumento formal, acompanhamento e fiscalização pelo Poder Concedente, e deverá contemplar a descrição das obrigações contratuais da área, o detalhamento do formato de execução (como e quando serão executadas), a indicação das evidências de cumprimento e os cronogramas respectivos, quando aplicáveis.

3.3.3.2. Relatório de Execução de Obrigações Contratuais de Assistência Social

O Relatório de Execução de Obrigações Contratuais de Assistência Social, elaborado pelo Poder Concedente, avaliará a aderência das atividades e dos serviços previstos no Plano de Execução das Obrigações Contratuais com o que foi executado durante o período de 1º de julho do ano anterior a 30 de junho do ano vigente.

O Relatório deverá indicar, para cada Unidade Penal, conforme critério de avaliação, o conceito alcançado quanto à execução das atividades e serviços de Segurança e Monitoramento Interno.

Os conceitos atribuídos serão utilizados pelo Poder Concedente como subsídio para a análise do cumprimento das obrigações contratuais, de forma a possibilitar a habilitação da Concessionária para a etapa de apresentação de Metas Extras.

3.3.4. Assistência Educacional

3.3.4.1. Plano Anual de Assistência Educacional

O Plano Anual de Assistência Educacional tem como objetivo estabelecer, de forma organizada e detalhada, todas as atividades que a Concessionária deverá executar na área de Assistência Educacional durante o ciclo anual de referência, em atendimento às obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA previstas neste Caderno de Encargos.

O plano servirá como instrumento formal, acompanhamento e fiscalização pelo Poder Concedente, e deverá contemplar a descrição das obrigações contratuais da área, o detalhamento do formato de execução (como e quando serão executadas), a indicação das evidências de cumprimento e os cronogramas respectivos, quando aplicáveis.

3.3.4.2. Relatório de Execução de Obrigações Contratuais de Assistência Educacional

O Relatório de Execução de Obrigações Contratuais da Assistência Educacional, elaborado pelo Poder Concedente, avaliará a aderência das atividades e dos serviços previstos no Plano de Execução das Obrigações Contratuais com o que foi executado durante o período de 1º de julho do ano anterior a 30 de junho do ano vigente

O Relatório deverá indicar, para cada Unidade Penal, conforme critério de avaliação, o conceito alcançado quanto à execução das atividades e serviços de Segurança e Monitoramento Interno.

Os conceitos atribuídos serão utilizados pelo Poder Concedente como subsídio para a análise do cumprimento das obrigações contratuais, de forma a possibilitar a habilitação da Concessionária para a etapa de apresentação de Metas Extras.

3.3.5. Trabalho do sentenciado

3.3.5.1. Plano Anual de Assistência ao Trabalho do Sentenciado

O Plano Anual de Assistência ao Trabalho do Sentenciado tem como objetivo estabelecer, de forma organizada e detalhada, todas as atividades que a Concessionária deverá executar na área de assistência ao trabalho durante o ciclo anual de referência, em atendimento às obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA previstas neste Caderno de Encargos.

O plano servirá como instrumento formal, acompanhamento e fiscalização pelo Poder Concedente, e deverá contemplar a descrição das obrigações contratuais da área, o detalhamento do formato de execução (como e quando serão executadas), a indicação das evidências de cumprimento e os cronogramas respectivos, quando aplicáveis.

3.3.5.2. Relatório de Execução de Obrigações Contratuais de Assistência ao Trabalho do Sentenciado

O Relatório de Execução de Obrigações Contratuais de Assistência ao Trabalho do Sentenciado, elaborado pelo Poder Concedente, avaliará a aderência das atividades e dos serviços previstos no Plano de Execução das Obrigações Contratuais com o que foi executado durante o período de 1º de julho do ano anterior a 30 de junho do ano vigente.

O Relatório deverá indicar, para cada Unidade Penal, conforme critério de avaliação, o conceito alcançado quanto à execução das atividades e serviços de Segurança e Monitoramento Interno.

Os conceitos atribuídos serão utilizados pelo Poder Concedente como subsídio para a análise do cumprimento das obrigações contratuais, de forma a possibilitar a habilitação da Concessionária para a etapa de apresentação de Metas Extras.

3.3.6. Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais

3.3.6.1. Plano Anual de Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais

O Plano Anual de Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais tem como objetivo estabelecer, de forma organizada e detalhada, todas as atividades que a Concessionária deverá executar na área de assistência ao trabalho durante o ciclo anual de referência, em atendimento às obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA previstas neste Caderno de Encargos.

O plano servirá como instrumento formal, acompanhamento e fiscalização pelo Poder Concedente, e deverá contemplar a descrição das obrigações contratuais da área, o detalhamento do formato de execução (como e quando serão executadas), a indicação das evidências de cumprimento e os cronogramas respectivos, quando aplicáveis.

3.3.6.2. Relatório de Execução de Obrigações Contratuais Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais

O Relatório de Execução de Obrigações Contratuais Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais, elaborado pelo Poder Concedente, avaliará a aderência das atividades e dos serviços previstos no Plano de Execução das Obrigações Contratuais com o que foi executado durante o período de 1º de julho do ano anterior a 30 de junho do ano vigente.

O Relatório deverá indicar, para cada Unidade Penal, conforme critério de avaliação, o conceito alcançado quanto à execução das atividades e serviços de Segurança e Monitoramento Interno.

Os conceitos atribuídos serão utilizados pelo Poder Concedente como subsídio para a análise do cumprimento das obrigações contratuais, de forma a possibilitar a habilitação da Concessionária para a etapa de apresentação de Metas Extras.

3.3.7. Assistência à Saúde

3.3.7.1. Plano anual de Assistência à Saúde

O Plano Anual de Assistência à Saúde tem como objetivo estabelecer, de forma organizada e detalhada, todas as atividades que a Concessionária deverá executar na área da saúde durante o ciclo anual de referência, em atendimento às obrigações contratuais previstas no item 3.1.4 deste Caderno de Encargos, observado o disposto na Portaria Interministerial MJ/MS nº 1.777, de 09 de setembro de 2003, e demais normas aplicáveis.

O plano servirá como instrumento formal, acompanhamento e fiscalização pelo Poder Concedente, e deverá contemplar a descrição das obrigações contratuais da área, o detalhamento do formato de execução (como e quando serão executadas), a indicação das evidências de cumprimento e os cronogramas respectivos, quando aplicáveis.

3.3.7.2. Relatório de Execução de Obrigações Contratuais de Assistência à Saúde

O Relatório de Execução de Obrigações Contratuais de Assistência à Saúde, elaborado pelo Poder Concedente, avaliará a aderência das atividades e dos serviços previstos no Plano de Execução das Obrigações Contratuais com o que foi executado durante o período de 1º de julho do ano anterior a 30 de junho do ano vigente.

O Relatório deverá indicar, para cada Unidade Penal, conforme critério de avaliação, o conceito alcançado quanto à execução das atividades e serviços de Segurança e Monitoramento Interno.

Os conceitos atribuídos serão utilizados pelo Poder Concedente como subsídio para a análise do cumprimento das obrigações contratuais, de forma a possibilitar a habilitação da Concessionária para a etapa de apresentação de Metas Extras.

3.3.8. Assistência Material

3.3.8.1. Plano Anual de Assistência Material

O Plano Anual de Assistência Material tem como objetivo estabelecer, de forma organizada e detalhada, todas as atividades que a Concessionária deverá executar na área de assistência material durante o ciclo anual de referência, em atendimento às obrigações contratuais previstas no item 3.1.6 deste Caderno de Encargos.

O plano servirá como instrumento formal, acompanhamento e fiscalização pelo Poder Concedente, e deverá contemplar a descrição das obrigações contratuais da área, o detalhamento do formato de execução (como e quando serão executadas), a indicação das evidências de cumprimento e os cronogramas respectivos, quando aplicáveis.

3.3.8.2. Relatório Anual de Assistência Material

O Relatório de Execução de Obrigações Contratuais de Assistência Material, elaborado pelo Poder Concedente, avaliará a aderência das atividades e dos serviços previstos no Plano de Execução das Obrigações Contratuais com o que foi executado durante o período de 1º de julho do ano anterior a 30 de junho do ano vigente.

O Relatório deverá indicar, para cada Unidade Penal, conforme critério de avaliação, o conceito alcançado quanto à execução das atividades e serviços de Segurança e Monitoramento Interno.

Os conceitos atribuídos serão utilizados pelo Poder Concedente como subsídio para a análise do cumprimento das obrigações contratuais, de forma a possibilitar a habilitação da Concessionária para a etapa de apresentação de Metas Extras.

3.3.9. Manutenção e atualização da infraestrutura

3.3.9.1. Plano Anual de Manutenção e Atualização da Infraestrutura

O Plano Anual de Manutenção e Atualização da Infraestrutura tem como objetivo estabelecer, de forma organizada e detalhada, todas as atividades obrigatórias que a Concessionária deverá executar na área de manutenção e atualização da infraestrutura durante o ciclo anual de referência, em atendimento às obrigações contratuais previstas no item 3.2.2.4 deste Caderno de Encargos.

O plano servirá como instrumento formal, acompanhamento e fiscalização pelo Poder Concedente, e deverá contemplar a descrição das obrigações contratuais da área, o detalhamento do formato de execução (como e quando serão executadas), a indicação das evidências de cumprimento e os cronogramas respectivos, quando aplicáveis.

O plano deverá conter:

- A política de conservação adotada, com a respectiva justificativa técnica;
- A quantificação das obras que serão executadas para a conservação dos edifícios e recintos, suas instalações, equipamentos, elementos e obras complementares, incluindo análise dos preços unitários, quantificações e estimativas do custo da mão de obra;
- Cronograma detalhado das operações de manutenção;
- O programa referencial de manutenção da infraestrutura, conforme apresentado no item 3.2.2.4.2 deste Caderno de Encargos.

3.3.9.2. Relatório Anual de Manutenção e Atualização de Infraestrutura

O Relatório de Execução de Obrigações Contratuais de Manutenção e Atualização de Infraestrutura, elaborado pelo Poder Concedente, avaliará a aderência das atividades e dos serviços previstos no Plano de Execução das Obrigações Contratuais com o que foi executado durante o período de 1º de julho do ano anterior a 30 de junho do ano vigente.

O Relatório deverá indicar, para cada Unidade Penal, conforme critério de avaliação, o conceito

alcançado quanto à execução das atividades e serviços de Segurança e Monitoramento Interno.

Os conceitos atribuídos serão utilizados pelo Poder Concedente como subsídio para a análise do cumprimento das obrigações contratuais, de forma a possibilitar a habilitação da Concessionária para a etapa de apresentação de Metas Extras.

3.3.10. Metas Extras

3.3.10.1. Definição e Finalidade

Metas extras são iniciativas adicionais, de caráter inovador, voluntário e não obrigatório, propostas pela Concessionária e previamente aprovadas pelo Poder Concedente, com vistas à melhoria dos serviços, processos e/ou infraestrutura do Complexo Prisional PPP. Tais metas visam fomentar a busca contínua de excelência na gestão, estimulando a adoção de boas práticas, soluções criativas e o alcance de resultados superiores àqueles definidos nas obrigações contratuais.

3.3.10.2. Apresentação de proposta de Metas Extras

A apresentação de propostas de Metas Extras pela Concessionária estará condicionada à sua prévia habilitação, decorrente do cumprimento dos Planos de Execução de Obrigações Contratuais, a partir dos Relatórios de Execução de Obrigações Contratuais.

Cada meta extra deverá ser apresentada por escrito, com justificativa detalhada, definição clara de escopo, objetivos, resultados esperados, cronograma, valor estimado do investimento, valor do bônus correspondente, forma de comprovação dos resultados, abrangência, e percentual do valor global do vPAD a ela atribuído, respeitados os seguintes parâmetros:

1. E caso de obra, a proposta de Meta Extra deverá conter a orçamentação, a previsão de um cronograma para entrega do croqui/projeto, etapas de execução conforme projetos aprovados e a conclusão dentro do prazo do ciclo de execução de Metas Extras do PAD.
2. O valor do Bônus deverá ser proporcional à complexidade, relevância e valor de investimento estimado para cada Meta;
3. A execução de cada Meta Extra será integralmente custeada pela Concessionária, sem prejuízo das demais obrigações contratuais.

3.3.10.3. Análise e Aprovação

As Propostas de Metas Extras apresentadas pela Concessionária serão, inicialmente, analisadas pelo Poder Concedente, que poderá solicitar esclarecimentos, ajustes ou complementações.

Após a manifestação inicial do Poder Concedente, as propostas serão encaminhadas ao Conselho Consultivo, que deverá emitir parecer de viabilidade sobre as Metas Extras apresentadas.

O parecer do Conselho Consultivo tem caráter opinativo, e tem por objetivo contribuir na análise final das propostas para tomada de decisão pelo Gabinete da SEJUSP quanto à aprovação das Metas Extras propostas.

Somente as Metas Extras aprovadas formalmente pelo Gabinete da SEJUSP, após o fluxo de análise acima descrito, integrarão o escopo do PAD do ciclo correspondente.

3.3.10.4. Execução e Avaliação

A execução das Metas Extras é de responsabilidade exclusiva da Concessionária, que assumirá, além do ônus financeiro da execução, também as obrigações referentes à comprovação do cumprimento das condições apresentadas nas propostas, tais como fornecer documentos solicitados, evidências e informações necessárias para a aferição de sua efetivação.

A avaliação e produção do Relatório de Execução de Metas Extras será realizada pelo Poder

Concedente, segundo os critérios, conceitos e escalas estabelecidos no critério de avaliação.

3.3.10.5. Condições para Pagamento

O pagamento do vPAD ficará condicionado à comprovação de execução da Meta Extra, devidamente constatada pelo Poder Concedente em Relatório de Execução de Metas Extras, nos termos do SMDD.

Não havendo aprovação da execução da Meta Extra, mediante decisão fundamentada pelo Poder Concedente, a Concessionária não fará jus à percepção do vPAD correspondente.

3.3.10.6. Situações Especiais

3.3.10.6.1. Em caso de atraso, desistência, postergação ou qualquer hipótese de não execução de uma ou mais Metas Extras por razões imputáveis à Concessionária, não haverá pagamento do respectivo vPAD, não podendo a Concessionária pleitear reembolso de qualquer natureza, nem mesmo de forma parcial.

3.3.10.6.2. Em caso de impossibilidade de execução de uma ou mais Metas Extras por circunstâncias externas e alheias à vontade das partes, ou mesmo por ato do Poder Concedente posterior à aprovação da respectiva meta, a Concessionária poderá optar:

1. Pela não execução, interrompendo os trabalhos e investimentos eventualmente já realizados, sem direito à percepção do vPAD ou de qualquer tipo de reembolso; ou
2. Pela reapresentação da referida meta nos ciclos posteriores, escoimada das causas que inviabilizaram sua execução, hipótese em que a análise de mérito pelo Poder Concedente estará adstrita às atualizações e modificações necessárias.

3.3.10.7. Prazos e Fluxo de Tramitação das Metas Extras

1. Após a habilitação para apresentação de metas extras, a Concessionária deverá protocolar junto ao Poder Concedente, até o dia 20 de agosto de cada exercício, as propostas das metas extras para execução no ciclo subsequente, observados os requisitos dos itens anteriores.
2. O Poder Concedente terá até o dia 5 de setembro para emitir manifestação inicial sobre as Metas Extras apresentadas, podendo solicitar ajustes, esclarecimentos ou complementações.
3. A Concessionária deverá encaminhar eventuais adequações ou esclarecimentos solicitados até o dia 20 de setembro do mesmo ano.
4. O Poder Concedente emitirá manifestação acerca das Metas Extras propostas até o dia 5 de outubro, encaminhando-as, juntamente com parecer técnico da AGPPP, ao Conselho Consultivo e à Concessionária.
5. A reunião do Conselho Consultivo para apreciação das Metas Extras deverá ocorrer até o dia 25 de outubro, ocasião em que será emitido parecer sobre as propostas analisadas.
6. Caso haja sugestões ou recomendações do Conselho Consultivo, a Concessionária poderá promover os ajustes necessários e reapresentar a proposta de Metas Extras até o dia 10 de novembro.
7. A deliberação final sobre a aprovação ou rejeição das Metas Extras caberá ao Gabinete do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, que deverá se manifestar até o dia 15 de dezembro do ano em exercício.
8. As metas extras aprovadas terão sua execução autorizada a partir de 1º de janeiro do ano subsequente, devendo ser concluídas impreterivelmente até 31 de dezembro do mesmo exercício.

9. O Relatório de Execução de Metas Extras será emitido pelo Poder Concedente até o dia 15 de fevereiro do ano subsequente, para fins de mensuração do resultado e apuração do pagamento do vPAD, conforme critérios definidos no SMDD.

Fluxo das Proposta de Metas Extras

| Etapa | Responsável | Data Limite |
|---|---|---|
| Protocolo das propostas de Metas Extras | Concessionária | Até 20 de agosto |
| Manifestação inicial sobre as metas apresentadas | Poder Concedente | Até 05 de setembro |
| Envio de adequações ou esclarecimentos | Concessionária | Até 20 de setembro |
| Manifestação final do Poder Concedente e envio ao Conselho Consultivo e Concessionária | Poder Concedente | Até 5 de outubro |
| Reunião do Conselho Consultivo e emissão de parecer | Conselho Consultivo | Até 25 de outubro |
| Reapresentação das metas ajustadas (se necessário) | Concessionária | Até 10 de novembro |
| Deliberação final do Gabinete da SEJUSP | SEJUSP | Até 15 de dezembro |
| Início da execução das Metas Extras | Concessionária | 1º de janeiro (ano seguinte) |
| Conclusão da execução das Metas Extras | Concessionária | 31 de dezembro (ano seguinte) |
| Emissão do Relatório de Execução de Metas Extras e envio à Concessionária, ao Conselho Consultivo e do Gabinete da SEJUSP | Poder Concedente | Até 15 de fevereiro (ano seguinte a execução das metas extras) |
| Pagamento do vPAD | Poder Concedente | Até 31 de março (ano seguinte a execução das metas extras) |

3.4 Critérios de análise dos Planos de Obrigações Contratuais e das Propostas de Metas Extras

3.4.1. Planos de Execução de Obrigações Contratuais

3.4.1.1 Os Planos de Execução de Obrigações Contratuais deverão ser elaborados pela Concessionária, individualmente para cada unidade penal, conforme fluxo, prazos e diretrizes estabelecidos no item 3.3 deste Caderno de Encargos.

3.4.1.2. Os Planos devem assegurar que cada obrigação seja:

1. Fiscalizável: Passível de acompanhamento, controle, verificação ou inspeção pelo Poder Concedente.
2. Evidenciável: O cumprimento será comprovado por documentação, registros, relatórios, evidências materiais, quando aplicáveis, ou, quando for o caso, mediante constatação direta do Poder Concedente por meio de sua fiscalização.
3. Aderente ao escopo do contrato: Atendimento integral aos requisitos previstos no Contrato e seus Anexos, abrangendo conteúdo, forma, prazos e padrões de qualidade.

3.4.1.3. Para cada área temática (segurança, assistência social, assistência educacional, assistência ao trabalho, atividades desportivo-recreativas e artístico-culturais, assistência à saúde, assistência material e manutenção da infraestrutura), será atribuída uma Nota Anual, resultante da avaliação dos compilados apresentados, sendo elas:

- Nota anual referente à segurança e monitoramento interno: NASM;
- Nota anual referente à assistência social: NASS;
- Nota anual referente à assistência educacional: NAAE;
- Nota referente à assistência ao trabalho: NAAT
- Nota anual referente às atividades desportivo-recreativas e artístico culturais: NAAD;
- Nota anual referente à assistência à saúde: NAAS;
- Nota anual referente à assistência material: NAAM;
- Nota anual referente à manutenção da infraestrutura: NAMI;

3.4.1.4. Após a submissão dos planos, o Poder Concedente procederá à análise, podendo, de forma fundamentada, solicitar ajustes e adequações.

3.4.1.5. As partes deverão envidar os melhores esforços para que ao final da avaliação geral os planos possam ser aprovados pelo Poder Concedente. Caso um plano seja reprovado, a Concessionária será considerada inabilitada para apresentação de Metas Extras.

3.4.1.6. Os prazos para aprovação dos planos são improrrogáveis.

3.4.2. Relatórios de Execução de Obrigações Contratuais

3.4.2.1. O Relatório de Execução de Obrigações Contratuais deverá ser elaborado pelo Poder Concedente, com base na análise da execução dos Planos de Execução de Obrigações Contratuais apresentados pela Concessionária.

3.4.2.2. Metodologia de Avaliação

A avaliação será realizada por compilados de obrigações, conforme agrupamentos propostos nos planos aprovados. Para cada compilado, será atribuída uma pontuação de acordo com a seguinte tabela:

| Conceito | Pontuação Atribuída |
|---|---|
| Não atende | 0,00 |
| Atende com ressalvas | 0,70 |
| Atende conforme plano | 1,00 |

1. Não atende: Não aderência a todo o compilado descrito nos Planos de Execução de Obrigações Contratuais.
2. Atende com ressalvas: Aderência ao compilado, porém com ressalvas em uma ou mais obrigações descritas, desde que não atinja a todas as obrigações.
3. Atende conforme plano: Aderência a todo o compilado descrito nos Planos de Execução de Obrigações Contratuais.

3.4.2.3. Critérios de Análise

1. O Poder Concedente avaliará a aderência entre o conteúdo previsto no Plano de Execução de Obrigações Contratuais e a sua execução.
2. Poderá ser requisitado à Concessionária o envio das evidências que comprovam a execução das obrigações, conforme descrito expressamente nos Planos de Execução de Obrigações Contratuais.
3. O Poder Concedente poderá utilizar fontes complementares de informação para subsidiar a análise e emissão do Relatório de Execução das Obrigações Contratuais.
4. É obrigatória a avaliação de todos os compilados de obrigações, não sendo permitido omitir ou alterar agrupamentos para fins de avaliação.

3.4.2.4. Cálculo da Nota Específica (Nota dos Planos)

Para cada Plano, será calculada uma Nota Específica (ex.: NASS, NAAM, NAAT etc.), conforme fórmula:

Nota Específica = Somatório das pontuações dos compilados / Total de compilados avaliados

Será considerada aprovada a Nota Específica igual ou superior a 0,80.

Regra Condicionante 1:

- Se o conceito atribuído ao compilado de alguma nota específica for "Não Atende", o resultado da nota do Plano será zero.
- Se o conceito atribuído ao compilado de alguma nota específica for "Atende ou Atende com ressalvas", prevalece o valor obtido.

Regra Condicionante 2:

- Se a Nota Específica for ≥ 0,80 → considera-se o valor obtido;
- Se for < 0,80 → considera-se 0,00 para fins de resultado

3.4.2.5. Cálculo do Resultado Geral do Relatório de Obrigações

O resultado do Relatório de Obrigações será a média aritmética simples das Notas Específicas de cada Unidade Penal, conforme fórmula:

Média Geral = Somatório das pontuações das Notas Específicas/ Total de Notas Específicas

Regra Condicionante 3:

- Se a média geral for ≥ 0,85 → considera-se o valor obtido como Nota Geral;
- Se a média geral for < 0,85 → considera-se 0,00 para fins de resultado da Nota Geral.
- Se alguma Nota Específica for < 0,80, o resultado da Nota Geral será 0,00.

3.4.2.6. Condição de Habilitação

Para que uma Unidade Penal seja considerada habilitada, a sua Nota Geral do Relatório de Obrigações deve ser igual ou superior a 0,85.

3.4.3. Proposta de Metas Extras

3.4.3.1. Elaboração e Premissas Gerais

As propostas de Metas Extras deverão ser elaboradas pela Concessionária e apresentar iniciativas inovadoras, voluntárias e não obrigatórias, observando os seguintes requisitos:

1. Fiscalizáveis: As metas devem ser passíveis de acompanhamento, controle, verificação ou inspeção pelo Poder Concedente ou autoridade competente.
2. Evidenciáveis: O cumprimento das metas deve ser comprovável por documentação, registros, relatórios, evidências materiais quando aplicáveis, bem como, quando for o caso, por constatação direta do Poder Concedente.

3.4.3.2. Diretrizes para Proposição e Análise das Metas Extras

As propostas de Metas Extras:

1. Não poderão configurar obrigação contratual ou tema objeto de divergência contratual;
2. Deverão apresentar o detalhamento do escopo, cronogramas, orçamentos e, quando necessário, os ritos de: licenças, estudos de viabilidade, aprovação de projetos;
3. Possibilitarão a agregação dos valores das unidades do complexo por Meta Extra, respeitado o valor global do PAD;
4. Não excederão o limite do vPAD e não serão cumulativas entre ciclos;
5. Indicarão expressamente eventuais necessidades de continuidade e descreverão custos operacionais e de manutenção, previamente ajustados com o Poder Concedente.

3.4.3.3. Critérios de Avaliação das Propostas

As propostas de metas extras serão avaliadas conforme o tema:

1. Obras: Será analisado conforme normas e diretrizes relativos ao tema no parecer do Plano de Meta Extra emitido pelo poder concedente.
2. Serviços: Será analisado conforme normas e diretrizes relativos ao tema no parecer do Plano de Meta Extra emitido pelo poder concedente.
3. Assistência Material: deverá ser avaliado o descritivo de qualidade do material e cronograma de entrega.
4. Outros Temas: Serão avaliados conforme critérios específicos definidos no parecer emitido quando da aprovação da meta pelo Poder Concedente.

3.4.3.4. Relatório de Execução de Metas Extras

A avaliação da execução e do cumprimento das Metas Extras será mensurada de acordo com o tema proposto, nos seguintes termos:

Deverá ser avaliada a execução e conclusão das metas em conformidade com a Proposta de Metas Extras aprovadas:

I. Obras

| Conceito | Ponto a ser atribuído |
|---|---|
| Não atende | 0,00 |
| Atende conforme proposta | 1,00 |

II. Serviços

| Conceito | Ponto a ser atribuído |
|---|---|
| Não atende | 0,00 |
| Atende parcialmente a proposta | 0,70 |
| Atende conforme proposta | 1,00 |

III. Assistência Material

| Conceito | Ponto a ser atribuído |
|---|---|
| Não atende | 0,00 |
| Atende parcialmente a proposta | 0,70 |
| Atende conforme proposta | 1,00 |

1. O Poder Concedente avaliará o quão aderentes estão as Propostas de Metas Extras com o que foi efetivamente executado.
2. O Poder Concedente poderá solicitar evidências e demais informações complementares para subsidiar a elaboração do Relatório de Execução de Metas Extras.
3. A Concessionária deverá fornecer as informações e evidências necessárias e/ou solicitadas pelo Poder Concedente.
4. O Poder Concedente deverá avaliar todos os critérios estabelecidos.

3.4.3.5. Caso a proposta de Meta Extra não se enquadre em nenhum dos critérios acima estabelecidos, a avaliação deverá ser regulamentada no parecer de aprovação emitido pelo Poder Concedente, cuja descrição acompanhará a proposta encaminhada pela Concessionária.

C) **Substituir** o item 6 do Anexo X – Sistema de Mensuração de Desempenho e Disponibilidade (SMDD), que passa a vigorar na forma do Anexo II deste Termo Aditivo, contendo a redação revisada e consolidada conforme acordado entre as partes:

6. Parâmetro Anual de Desempenho (PAD)

6.1 Aspectos Gerais

O Parâmetro Anual de Desempenho (PAD) tem natureza de bônus, vinculado ao cumprimento das Metas Extras propostas e executadas no âmbito do Complexo Prisional. O PAD complementa a aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA, por meio da avaliação qualitativa dos Planos de Execução de Obrigações Contratuais.

O PAD será representado por um valor numérico contínuo, variando entre 0 (zero) e 1 (um), e deverá ser acompanhado de memorial de cálculo detalhado, bem como do respectivos Relatório de Execução de Metas Extras elaborado pelo PODER CONCEDENTE, responsável pela avaliação do cumprimento das metas pela Concessionária.

Será admitida a aplicação flexível das Metas Extras entre diferentes áreas e UNIDADES PENAIS, observando-se os objetivos estratégicos definidos para o COMPLEXO PENAL e os resultados efetivamente alcançados.

6.2 Estrutura de Avaliação do PAD

6.2.1 Metas, Conceitos e Avaliação

A estrutura de cálculo do Parâmetro Anual de Desempenho (PAD) baseia-se no conjunto de Metas Extras executadas pela CONCESSIONÁRIA, previamente aprovadas pelo PODER CONCEDENTE, com base em critérios de avaliação do Relatório de Execução de Metas Extras.

A análise do cumprimento de cada Meta Extra será realizada com base na comparação objetiva entre o conteúdo originalmente proposto pela CONCESSIONÁRIA e o escopo efetivamente executado, conforme registrado nos relatórios e documentos comprobatórios apresentados. A aferição deverá considerar exclusivamente os parâmetros, prazos e entregáveis estabelecidos na proposta aprovada, de modo a assegurar clareza e precisão na avaliação.

As metas propostas não estarão delimitadas por áreas específicas, devendo observar a relevância, aplicabilidade e a necessidade de sua execução no contexto do Complexo Prisional. Não há exigência quanto ao número mínimo ou máximo de Metas Extras, podendo ser apresentada uma única ou mais Metas Extras, desde que justificada sua abrangência, estrutura e importância.

No ato da submissão das metas, a CONCESSIONÁRIA deverá indicar expressamente o percentual do valor total do PAD a ser alocado para cada Meta Extra. Considerando que o valor global do PAD corresponde a, no máximo, 1,5% da Contraprestação anual, a CONCESSIONÁRIA deverá detalhar se a totalidade do valor será destinada a uma única Meta Extra ou se será distribuída entre diferentes Metas, com as devidas proporções percentuais.

Cada Meta Extra executada será avaliada com base em um conceito, conforme a seguinte escala:

a) Obras

| Conceito | Ponto a ser atribuído |
|---|---|
| Não atende | 0,00 |
| Atende conforme proposta | 1,00 |

b) Serviços

| Conceito | Ponto a ser atribuído |
|---|---|
| Não atende | 0,00 |
| Atende parcialmente a proposta | 0,70 |
| Atende conforme proposta | 1,00 |

c) Assistência Material

| Conceito | Ponto a ser atribuído |
|---|---|

| | |
|---|---|
| Não atende | 0,00 |
| Atende parcialmente a proposta | 0,70 |
| Atende conforme proposta | 1,00 |

A fórmula matemática que expressa o cálculo do Parâmetro Anual de Desempenho (PAD), presente no item 2.2 do Anexo XI - Mecanismo de Pagamento, com base nos percentuais atribuídos a cada Meta Extra e o conceito obtido no Relatório de Metas Extras é:

$$PAD = \sum_{i=1}^{n} (\mathrm{Pi} * \mathrm{Ci})$$

Onde:

• Pi = percentual atribuído à Meta Extra i, sempre entre zero e um, que indica qual fração do teto anual do VPAD do ano de referência do Parâmetro Anual Desempenho corresponde ao valor econômico da proposta dessa meta.
Cálculo: Pi é a razão entre a proposta apresentada no ano imediatamente anterior ao ano de referência, atualizada pelo IPCA até dezembro do ano de referência, e o VPAD máximo desse mesmo ano de referência. Em fórmula: Pi = [ Proposta do ano anterior atualizada pelo IPCA até dezembro do ano de referência ÷ VPAD máximo do ano de referência]. A base monetária é dezembro do ano de referência do PAD (mesma taxa de atualização da vaga-dia do ano de referência). Ainda que o pagamento ocorra no exercício seguinte ao ano de referência, não haverá atualização adicional entre dezembro do ano de referência e a quitação. Limites: A soma dos Pi fixados para todas as Metas Extras do ciclo deve ser menor ou igual a um.
• Ci = conceito (ou nota) da Meta Extra, conforme o Relatório de Execução de Metas Extras
• n = número total de Metas Extras consideradas

As Metas poderão ter abrangência restrita a uma unidade ou envolver todo o Complexo Prisional, conforme a sua natureza e aplicação operacional:

• Quando a Meta Extra for aplicável individualmente a uma ou mais Unidades Penais, será realizada uma avaliação específica por unidade. Nesses casos, o valor a ser pago pela meta executada poderá ser distribuído de forma flexível entre as unidades envolvidas, conforme indicação expressa da CONCESSIONÁRIA na proposta da meta, respeitado o limite global de 1,5% da somatória das contraprestações anuais de cada Unidade abrangida, no exercício da conclusão da meta.
• Quando a Meta extra tiver caráter transversal e englobar o COMPLEXO PENAL como um todo, será atribuída uma única nota representativa para o conjunto das unidades. O valor a ser pago será limitado a 1,5% da somatória das Contraprestações de todas as Unidades do COMPLEXO PENAL no ano de sua entrega.
• Quando a Meta Extra for específica de uma única unidade penal, mas mobilizar integralmente a destinação do recurso vinculado ao PAD, igualmente será atribuída uma única nota representativa, e o valor a ser pago será limitado a 1,5% da somatória das Contraprestações anuais de todas as Unidades do COMPLEXO PENAL no ano de sua entrega.

Em qualquer das hipóteses, o pagamento total à CONCESSIONÁRIA em decorrência do cumprimento das Metas Extras não poderá ultrapassar o limite global de 1,5% da

Contraprestação correspondente, seja esta relativa à unidade penal específica ou à somatória das unidades envolvidas, conforme a abrangência da Meta.

A CONCESSIONÁRIA poderá, a qualquer tempo, desistir da execução de Meta previamente aprovada, inclusive após o início de sua implementação. Nesta hipótese, a Meta será considerada como não executada para fins de apuração do PAD, não sendo devido à Concessionária qualquer pagamento pela sua execução parcial ou incompleta, cabendo-lhe o direito de reapresentação da mesma Meta Extra para os ciclos posteriores.

O pagamento de qualquer valor referente à execução das Metas Extras ficará condicionado à sua conclusão, nos termos pactuados e previamente aprovados.

Em caso de reapresentação das metas, os valores permanecerão limitados a 1,5% das contraprestações anuais de todas as Unidades do COMPLEXO PENAL, atualizados com base no exercício da conclusão da meta.

As metas deverão ser previamente aprovadas pelo PODER CONCEDENTE, que será responsável por aferir sua execução, conforme critérios estabelecidos no Caderno de Encargos.

2. Revogado, em sua integralidade, o item 3.3.7.3 do Anexo IX – Caderno de Encargos da Concessionária, bem como todas as suas subdivisões e referências contratuais às "Metas Básicas de Saúde", considerando que os temas, procedimentos e parâmetros que deram origem à previsão de metas básicas de saúde já se encontram expressamente contemplados no rol das obrigações contratuais ordinárias da área de saúde, nos termos do Contrato e deste Caderno de Encargos, permanecendo integralmente exigíveis pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA NOVA ESTRUTURA DO PARÂMETRO ANUAL DE DESEMPENHO (PAD)**

O Parâmetro Anual de Desempenho (PAD) passa a ser composto por duas etapas distintas e complementares:

I. Plano de Obrigação Contratual: Conjunto de obrigações contratuais, cuja execução, atestada pelo Poder Concedente, é condição para habilitação da Concessionária à apresentação das metas extras.

II. Metas Extras: Iniciativas adicionais e voluntárias da Concessionária, previamente aprovadas pelo Poder Concedente, que, se executadas em conformidade, ensejarão a bonificação prevista no âmbito do PAD.

O cumprimento integral dos Planos de Execução de Obrigações Contratuais, apurados ao término de cada ciclo de 12 meses de avaliação, por meio do Relatório de Execução de Obrigações Contratuais, será condição de habilitação para apresentação das metas extras pela Concessionária no ciclo subsequente, nos termos e prazos previstos no Anexo IX - Caderno de Encargos da Concessionária e no Anexo X - Sistema de Mensuração de Desempenho e Disponibilidade - SMDD.

As metas extras deverão ser propostas de forma justificada pela Concessionária, apreciadas e aprovadas pelo Poder Concedente, observados os limites, critérios objetivos de avaliação, distribuição do valor global do PAD e demais procedimentos definidos.

O pagamento das bonificações referentes ao PAD estará estritamente vinculado ao Relatório de Execução de Metas Extras, em consonância com as regras, percentuais, conceitos e escalas previstas.

**Parágrafo Único:** Em caráter excepcional, no período de 1º julho de 2025 a 30 de junho de 2026, vigorarão os Planos de Execução de Obrigações Contratuais construídos pela Concessionária no âmbito do Grupo de Trabalho, cujo conteúdo funcionará como "piloto" para fins de avaliação do Poder Concedente por meio do Relatório de Execução de Obrigações Contratuais, a ser emitido até 1º de agosto de 2026. Fica oportunizado à Concessionária a apresentação de proposta de Metas Extras até o dia 20 de agosto de 2025, para execução em 2026, seguindo os fluxos e critérios estabelecidos estabelecidos a este fim.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA NÃO INCIDÊNCIA DE PEDIDO DE REEQUILÍBRIO

Todos os itens e subitens do objeto do presente Termo Aditivo, constantes na Cláusula Primeira e Segunda, não ensejarão pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão Administrativa nº 336039.54.1338.09.

## CLÁUSULA QUARTA – DA IMPOSSIBILIDADE DE APROVAÇÃO TÁCITA DAS METAS EXTRAS E DOS PLANOS DE EXECUÇÃO

Fica estabelecido que a análise e aprovação das Metas Extras e dos Planos de Execução de Obrigações Contratuais dependem, em todos os casos, de manifestação formal e expressa do Poder Concedente. A ausência de pronunciamento, ainda que extrapolados os prazos previstos, não implicará, sob nenhuma circunstância, em aprovação tácita, aceitação presumida ou concordância automática quanto ao conteúdo das propostas apresentadas pela Concessionária, preservando a adequada governança do contrato e a plena rastreabilidade das decisões administrativas, prevenindo interpretações que possam resultar em aprovação automática de propostas.

## CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas, e anexos e aditivos do Contrato de Concessão Administrativa nº 336039.54.1338.09 que não foram expressamente modificadas neste Termo Aditivo.

## CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O PODER CONCEDENTE providenciará a publicação deste instrumento no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em forma de extrato, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2025.

**Rogério Greco**
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

**Leonardo Melhorato Grilo**
Diretor-Presidente
Gestores Prisionais Associados S/A

**Marcelo José Gonçalves da Costa**
Diretor-Institucional
Gestores Prisionais Associados S/A

Documento assinado eletronicamente por **Rogério Greco**, **Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública**, em 01/12/2025, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo José Gonçalves da Costa**, **Usuário Externo**, em 02/12/2025, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Melhorato Grilo**, **Usuário Externo**, em 03/12/2025, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **126902262** e o código CRC **30B84AAA**.

**Referência:** Processo nº 1450.01.0244062/2024-77 SEI nº 126902262

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2025

PARTES: EMG/SEJUSP e a CEAMI - REABILITACAO PARA A VIDA. ESPÉCIE: Contrato nº 015/2025 de prestação de serviços. OBJETO: O objeto do presente Contrato é a "Contratação de serviços por meio do credenciamento de entidades privadas, sem fins lucrativos,que realizem serviços de acolhimento residencial, extra-hospitalar, de caráter transitório, com adesão e permanência exclusivamente voluntárias de pessoas com problemas associados ao uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência". VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de 36 (trinta e seis) meses contado a partir de 01 de fevereiro de 2026, sendo prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. VALOR: O valor por vaga ocupada é deR$ 1.472,31 (um mil quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos), e para 36 meses de vigência o valor é deR$ 1.060.063,20 (um milhão, sessenta mil, sessenta e três reais e vinte centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº 1451 10 422 141 4437 0001 3 3 90 39 91 0 10 1. SIGNATÁRIOS: Fabiane Alessandra Rodrigues Oliveira e Onezino Domingos Filho. Assinatura em: 05/12/2025.

**5 cm -05 2156913 - 1**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2025

PARTES: EMG/SEJUSP e o CENTRO DE RECUPERACAO VIDA VIVA JF. ESPÉCIE: Contrato nº014/2025 de prestação de serviços. OBJETO: O objeto do presente Contrato é a "Contratação de serviços por meio do credenciamento de entidades privadas, sem fins lucrativos,que realizem serviços de acolhimento residencial, extra-hospitalar, de caráter transitório, com adesão e permanência exclusivamente voluntárias de pessoas com problemas associados ao uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência". VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de 36 (trinta e seis) meses contado a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato, sendo prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. VALOR: O valor por vaga ocupada é deR$ 1.472,31 (um mil quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos), e para 36 meses de vigência o valor é deR$ 1.060.063,20 (um milhão, sessenta mil, sessenta e três reais e vinte centavos).DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº 1451 10 422 141 4437 0001 3 3 90 39 91 0 10 1. SIGNATÁRIOS: Fabiane Alessandra Rodrigues Oliveira e Edir Ribeiro. Assinatura em: 05/12/2025.

**5 cm -05 2156918 - 1**

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA Nº 336039.54.1338.09

PARTES: Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, e a Concessionária Gestores Prisionais Associados S/A – GPA. OBJETO: Alteração do Contrato de Concessão Administrativa nº 336039.54.1338.09 para: a) substituir integralmente a redação dos itens 14.14, 14.14.1, 14.14.2, 14.15 e 14.15.1; incluir os itens 14.14.3, 14.14.4 e 14.14.5; b) alterar a redação do parágrafo do item 3.1 do Anexo IX – Caderno de Encargos da Concessionária (CEC); substituir integralmente os itens 3.3 e 3.4 do Anexo IX – CEC; c) substituir o item 6 do Anexo X – Sistema de Mensuração de Desempenho e Disponibilidade (SMDD), e revogar integralmente o item 3.3.7.3 do Anexo IX – CEC, incluindo todas as suas subdivisões e referências às "Metas Básicas de Saúde". NOVA ESTRUTURA DO PAD: O Parâmetro Anual de Desempenho (PAD) passa a ser composto por duas etapas: I – Plano de Obrigação Contratual, cuja execução é condição para habilitação às metas extras; II – Metas Extras, iniciativas adicionais aprovadas pelo Poder Concedente e vinculadas à bonificação do PAD. O cumprimento integral dos Planos de Execução será condição para apresentação das metas extras no ciclo seguinte. O pagamento das bonificações dependerá do Relatório de Execução de Metas Extras. Em caráter excepcional, de 1º/07/2025 a 30/06/2026, vigorarão os Planos de Execução elaborados no Grupo de Trabalho, funcionando como piloto. REEQUILÍBRIO: As alterações previstas não ensejarão pedido de reequilíbrio econômico-financeiro. APROVAÇÃO FORMAL: A aprovação das Metas Extras e dos Planos de Execução dependerá sempre de manifestação formal do Poder Concedente, não havendo aprovação tácita. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.079/2004; Lei Estadual nº 14.868/2003; Decreto Estadual nº 43.702/2003; subsidiariamente, Leis Federais nº 8.666/1993, 9.487/1995 e 9.074/1995. VIGÊNCIA: Mantida a vigência do Contrato de Concessão. SIGNATÁRIOS: Pelo Poder Concedente: Rogério Greco – Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública. Pela Concessionária: Leonardo Melhorato Grilo – Diretor-Presidente e Marcelo José Gonçalves da Costa – Diretor Institucional. DATA DA ASSINATURA: 03/12/2025.

**8 cm -05 2156691 - 1**

TORNA SEM EFEITO

Torna sem efeito a publicação do Termo de Apostilamento nº 11/2023, celebrado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP. MOTIVO: Não havia necessidade de publicação do referido Termo de Apostilamento. Publicado no dia 27/11/2025, página 51 (3 cm – 26 2152374-1).

**2 cm -05 2156540 - 1**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 9429047.03.25

PARTES:EMG/SEJUSP e a Empresa MUNDIAL REFEIÇÕES E LANCHES LTDA. ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos na forma transportada, ao Presídio de Lavras, decorrente do Pregão Eletrônico nº 317/2023. FUNDAMENTO LEGAL: Parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93. OBJETO: 1.1. O ACRÉSCIMO quantitativo de aproximadamente 10,69% (dez inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) do valor atualizado do contrato inicial, equivalente a R$ 216.970,60 (duzentos e dezesseis mil novecentos e setenta reais e sessenta centavos). VALOR DO TERMO: R$ 2.247.195,50 (dois milhões duzentos e quarenta e sete mil cento e noventa e cinco reais e cinquenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1451.06.421. 130.4348.0001.339039.03.0.10.1 e 1451.06.421.130.4348.0001.33903 9.03.0.60.2. SIGNATÁRIOS: Leonardo Mattos Alves Badaro e Pedro Eustaquio Batista. Assinatura em: 05/12/2025.

**4 cm -05 2156786 - 1**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2025

PARTES: EMG/SEJUSP e a EMPRESA COMUNIDADE TERAPEUTICA CAVERNA DE ADULAO - CTCA. ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviço. OBJETO: "Contratação de serviços por meio do credenciamento de entidades privadas, sem fins lucrativos, que realizem serviços de acolhimento residencial, extra-hospitalar, de caráter transitório, com adesão e permanência exclusivamente voluntárias de pessoas com problemas associados ao uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência"; Processo Credenciamento n° 13/2025; processo SEI 1450.01.0044499/2025-22. VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de 36 (trinta e seis) meses contado a partir de 01 de fevereiro de 2026. VALOR: O valor por vaga ocupada é de R$1.472,31 (um mil quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos) e o valor para 36 meses é de R$1.060.063,20 (um milhão sessenta mil sessenta e três reais e vinte centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº 1451.10.422.141.4437.0001.3.3.90.39.91.0.1 0.1. SIGNATÁRIOS: Fabiane Alessandra Rodrigues Oliveira e Vitor Donizeti Martineli. Assinatura em: 05/12/2025.

**4 cm -05 2156738 - 1**

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS N° 15/2022 DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PARTES: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Órgão Titular do Crédito - OTC, e a Polícia Civil de Minas Gerais-Órgão Gerenciador do Crédito – OGC. OBJETO: Constituem o objeto deste Termo Aditivo, as seguintes alterações ao TDCO nº 15/2022: 1. APORTAR recursos no valor de R$ 10.378,24 (dez mil trezentos e oito reais e vinte e quatro centavos); 2. ALTERAR o valor total para R$ 10.869.607,93 (dez milhões, oitocentos e sessenta e nove mil seiscentos e sete reais e noventa e três centavos); 3. ALTERAR o Plano de Trabalho. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.69.1.06.123.134.2.07 1.0001.3.3.90.30.0.57.1 e 4.69.1.06.123.134.2.071.0001.3.3.90.39.0.57 .1 para custeio e 4.69.1.06.123.134.2.071.0001.4.4.90.39.0.57.1 4.69.1.06.123.134.2.071.0001.4.4.90.52.0.57.1 para investimento. VIGENCIA: 60 (meses), a contar da data de sua publicação. SIGNATÁRIOS: Rogério Greco e Letícia Baptista Gamboge Reis, DATA ASSINATURA: 04/12/2025.

**5 cm -05 2156539 - 1**

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Retifica-se o Extrato do Contrato nº 010/2025, celebrado entre as Partes SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA e CENTRO DE RECUPERAÇÃO VIDA NOVA, publicado no Diário Oficial Eletrônico de Minas Gerais (Edição nº 241) de 05 de dezembro de 2025, página 59, coluna 1 e 2. Onde se Lê: SIGNATÁRIOS: Fabiane Alessandra Rodrigues Oliveira e Fernanda Marques Gomes Lima; Leia-se: "SIGNATÁRIOS: Fabiane Alessandra Rodrigues Oliveira e Valdevino Aparecido da Silva."

**2 cm -05 2156532 - 1**

HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: Pregão eletrônico nº 327/2025. Objeto: Compra de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E COLHERES, sob a forma de entrega integral, nos termos da tabela e conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência . Homologo parcialmente os lotes 01,02,03,04,05,06,08 e 09 do pregão 327/2025, . conforme na Ata do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Letícia Resende Pretti Superintendente de Infraestrutura e Logística. Rodovia Papa João Paulo II, n° 4143 - Edifício Minas, 5º andar – Serra Verde – Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2025.

**3 cm -05 2156643 - 1**

DECISÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

A Unidade Regional de Fiscalização Noroeste de Minas cientifica o autuado abaixo relacionado, por estar em local ignorado, incerto ou não sabido, que em razão do não conhecimento da defesa administrativa apresentada se tornaram definitivas as penalidades aplicadas no auto de infração, nos termos dos arts. 60 e 65 do Decreto Estadual nº 47.383/2018. O autuado deverá entrar em contato com a 7ª Cia PM MAmb, localizada na Rodovia MGC 354 KM 171, Distrito Industrial II, Patos de Minas – MG – CEP 38.706-731, para a obtenção do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), a fim de quitar o débito devidamente atualizado, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data desta publicação, sob pena de inscrição em dívida ativa, conforme previsto no Decreto Estadual nº 47.383/2018. Para mais informações o autuado deve entrar em contato com a referida unidade pessoalmente, através do telefone (34) 3818-6107, ou pelo e-mail 10cia.srai@gmail.com.

| Nome | Defesa | Auto de Infração |
|---|---|---|
| Everton Francisco de Matos CPF: ***.937.031-** | Em desacordo com o disposto no art. 72 do Decreto 47.383/2018 | 382110/2025 |

DECISÃO DOS BENS APREENDIDOS EM PROCESSOS DE AUTOS DE INFRAÇÃO

A Unidade Regional de Fiscalização Noroeste de Minas cientifica o autuado abaixo relacionado, por estar em local ignorado, incerto ou não sabido, da decisão administrativa sobre os bens apreendidos pelos respectivos autos de infração. Para mais informações os autuados deverão entrar em contato com a referida unidade pessoalmente, através do telefone (34) 3818-6107, ou pelo e-mail 10cia.srai@gmail.com.

| Autuado | Nº do AI | Decisão sobre a apreensão |
|---|---|---|
| Murilo Martins Vasconcelos CPF: ***.367.076-** | 373654/2024 | Perdimento imediato de todos os bens indicados no auto de infração |
| Pedro Antônio Souza CPF: ***.068.626-** | 375351/2024 | Perdimento imediato de todos os bens indicados no auto de infração |

**16 cm -05 2156754 - 1**

DECISÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO

O Chefe da Unidade Regional de Fiscalização Ambiental científica os autuados abaixo relacionados, por estarem em local ignorado, incerto ou não sabido, da decisão administrativa referente aos autos de infração abaixo. Os autuados deverão entrar em contato com a Coordenação de Autos de Infração para obtenção do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), a fim de quitar os débitos atualizados no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data desta publicação, sob pena de inscrição em dívida ativa, conforme previsão do Decreto n° 47.383/2018. No entanto, querendo, poderão apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados desta publicação, recurso contra a decisão administrativa, endereçado à Cainf Norte, localizada na Rua Gabriel Passos, 50, Centro, Montes Claros. Para mais informações os autuados deverão entrar em contato com a referida Coordenação de Autos de Infração pessoalmente, através do telefone (38-3224-7500), ou pelo e-mail (cainf.nm@meioambiente.mg.gov.br).

| Autuado | Decisão | AI |
|---|---|---|
| Joélcio Rodrigues Saraiva CPF: XXX.982.316-XX | Manutenção de multa simples no valor de R$ 2.515,24. Suspensão das atividades. Perdimento de 28m³ de lenha. | 119230/2019 |
| José Rodrigues de Assis Sobrinho CPF: XXX.488.636-XX | Manutenção de multa simples no valor de R$ 4.733,01. Suspensão das atividades. Perdimento de 90 st de lenha. | 104968/2015 |
| Romualdo Nunes dos Santos CPF: XXX.889.126-XX | Manutenção de multa simples no valor de R$ 807,38. Suspensão das atividades. | 39440/2017 |
| Valmiro Freitas Barbosa CPF: XXX.172.206-XX | Manutenção de multa simples no valor de R$ 6.761,40 | 112784/2015 |
| Charley Soares de Almeida CPF: XXX.511.416-XX | Manutenção de multa simples no valor de R$ 2.242,73. | 118916/2017 |

João Paulo Lopes Gomes.
Chefe Regional de Fiscalização

**10 cm -05 2156972 - 1**

CIENTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Nos termos do artigo 57, §1º, III do Decreto Estadual nº 47.383/2018, fica o autuado abaixo indicado, cientificado da lavratura de auto de infração em razão do descumprimento da legislação ambiental estadual, com o prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar desta publicação, para apresentar defesa junto à SEMAD/SUCPRO/Diretoria de Autos de Infração, localizada na Cidade Administrativa, Rodovia Papa João Paulo II, 4143, Bairro Serra Verde, CEP 31630-900, ou efetuar o pagamento da multa. Comunicamos que findo o prazo acima estipulado sem atendimento, será declarada, por termo, a ausência de manifestação do autuado, com as consequências definidas na legislação vigente, sendo promovido o regular andamento do processo. Para mais informações o autuado deve entrar em contato com a referida unidade pessoalmente, ou através do telefone (31) 3915-1280, ou pelo e-mail dainf@meioambiente.mg.gov.br.

| Autuado | CPF/CNPJ | AI |
|---|---|---|
| Maria Luiza Aparecida de Lana Silva | ***.949.586-** | 705779/2025 |
| Alexsandro Lino da Silva | ***.927.976-** | 382705/2025 |

**6 cm -05 2156898 - 1**

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 1371002216/2025

Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL e ASSOCIAÇÃO PARCERIA JUIZ DE FORA. Objeto: projeto de aquisição de veículos, visando a melhoria do atendimento da OSC Parceira. Valor do Repasse: R$ 209.210,47. Dotação Orçamentária Estadual: 1371.18.541.027.404 7.0001.4.4.50.41.01.0.10.8. Assinatura: 05/12/2025. (a) Diogo Soares De Melo Franco – Subsecretário de Gestão Ambiental/SEMAD e (b) Frederico Fagundes de São José - Presidente da OSC Parceira. Gestor designado: Júlia Amorim Faria, Masp: 1.603302-9. Vigência: 365 dias, a contar da publicação.

**3 cm -05 2156746 - 1**

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 1371002217/2025

Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL e ASSOCIAÇÃO BETINENSE DE REABILITACAO ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA E ESPORTIVA - ABRACE. Objeto: projeto de aquisição de veículo utilitário, visando a melhoria do atendimento da OSC Parceira. Valor do Repasse: R$ 104.278,35. Dotação Orçamentária Estadual: 137 1.18.541.027.4047.0001.4.4.50.41.01.0.10.8. Assinatura: 05/12/2025. (a) Diogo Soares De Melo Franco – Subsecretário de Gestão Ambiental/SEMAD e (b) Wanderson Ferreira da Silva - Presidente da OSC Parceira. Gestor designado: Júlia Amorim Faria, Masp: 1.603302-9. Vigência: 365 dias, a contar da publicação.

**3 cm -05 2156876 - 1**

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 1371002218/2025

Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL e ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS ORCINO GUIMARÃES . Objeto: projeto de castrações de cães e gatos (machos e fêmeas) de rua e da zona rural de Dores do Indaiá. Valor do Repasse: R$ 150.000,00. Dotação Orçamentária Estadual: 1371.18.541.027.4047.0001.3.3.50.4 1.01.0.10.8. Assinatura: 05/12/2025. (a) Diogo Soares De Melo Franco – Subsecretário de Gestão Ambiental/SEMAD e (b) Carla Aparecida Araujo Alves, - Presidente da OSC Parceira. Gestor designado: Túlio Rodrigo Silva Santos, Masp 1565098-9. Vigência: 420 dias, a contar da publicação.

**3 cm -05 2156899 - 1**

## Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CIENTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO – AUTOS DE INFRAÇÃO EM GERAL

Nos termos do artigo 57 do Decreto nº 47.383/2018, ficam os autuados abaixo indicados cientificados da lavratura de auto de infração em razão do descumprimento da legislação ambiental estadual, com o prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar desta publicação, para apresentar defesa junto à 4ª Cia PM MAmb ou efetuar o pagamento da multa. Comunicamos que, findo o prazo abaixo estipulado sem atendimento, será declarada, por termo, a ausência de manifestação do autuado, com a definitividade de todas as penalidades impostas e as demais consequências definidas na legislação vigente, sendo promovido o regular andamento do processo. Para mais informações os autuados deverão dirigir-se à 4ª Cia PM MAmb, localizada à Estrada Athos Branco da Rosa, 2333, Bairro Santo Antônio, Juiz de Fora, MG, CEP 36071-170, ou entrar em contato através do telefone (32) 3228-9060 ou do e-mail 4ciamamb@pmmg.mg.gov.br

| Autuado / CPF ou CNPJ | AI | Fundamentação (Decreto, Anexo, Código) |
|---|---|---|
| Miguel Nascif Filho ***.265.136-** | 279542/2021 | Decreto 47.383/2018, Anexo I e V, Código 106,506,527 |

(a)Alessandro Albino Fontes
Chefe da Unidade Regional de Fiscalização Zona da Mata

**6 cm -05 2156662 - 1**

DECISÃO DOS BENS APREENDIDOS EM PROCESSOS DE AUTOS DE INFRAÇÃO

A Unidade Regional de Fiscalização Ambiental da Zona da Mata notifica o(s) autuado(s) abaixo relacionado(s), por estarem em local ignorado, incerto ou não sabido, da decisão administrativa sobre os bens apreendidos pelos respectivos autos de infração. Para mais informações os autuados deverão entrar em contato com a referida Unidade, localizada na Rodovia Ubá-Juiz de Fora, km 02, Horto Florestal, CEP 36500-970, Caixa Postal 181, Ubá/MG, pessoalmente, através do telefone (32) 3539-2706 (das 10h30min às 11h30min e das 15:30h às 16:30h), ou pelo e-mail cainf.zm@ meioambiente.mg.gov.br

| Autuado / CPF | Nº do AI | Decisão sobre a apreensão |
|---|---|---|
| José Maria da Costa Mattos ***.061.056 -** | 241093/2025 | Perdimento imediato de todos os bens indicados nos autos de infração |

(a)Alessandro Albino Fontes
Chefe da Unidade Regional de Fiscalização Zona da Mata

**6 cm -05 2156661 - 1**

CIENTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Nos termos do artigo 57, §1º, III do Decreto Estadual nº 47.383/2018, fica o autuado abaixo indicado, cientificado da lavratura de auto de infração em razão do descumprimento da legislação ambiental estadual, com o prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar desta publicação, para apresentar defesa junto à DIRETORIA DE AUTOS DE INFRAÇÃO - DAINF, localizada na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - 1º andar do Edifício Minas, Bairro Serra Verde Belo Horizonte/MG - CEP31630-90, ou efetuar o pagamento da multa. Comunicamos que, findo o prazo abaixo estipulado sem atendimento, será declarada, por termo, a ausência de manifestação do autuado, com a definitividade de todas as penalidades impostas e as demais consequências definidas na legislação vigente, sendo promovido o regular andamento do processo. Para mais informações os autuados deverão entrar em contato com a referida Diretoria pessoalmente, através do telefone (31) 3915-1280, ou pelo e-mail: dainf@meioambiente.mg.gov.br

| Autuado | CPF/CNPJ | AI |
|---|---|---|
| Orlando Gomes Caldas | ***.309.626-** | 706641/2025 |

## Instituto Estadual de Florestas - IEF

AVISO DE EDITAL

O INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS torna público o EDITAL DE CONVOCAÇÃO IEF/EEA Nº.: 01/2025, para a eleição de representantes de Órgãos/Entidades Públicas e representantes da sociedade civil organizada, visando compor o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Acauã - EEA, para o mandato de 02 (dois) anos, com respaldo no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, conforme Calendário de Atividades abaixo. O Edital na íntegra poderá ser obtido na sede administrativa da Estação Ecológica de Acauã, localizada à Rua Sergipe, S/N, Bairro Acauã de Minas, Leme do Prado/MG, CEP: 39.655-000, na sede administrativa da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Jequitinhonha, localizado à Avenida da Saudade, nº 335, Centro, Diamantina/MG, CEP: 39.100-000, Telefone (38) 3532-6696; como também no site oficial do IEF.

Diamantina, 05 de dezembro de 2025.
Eliana Piedade Alves Machado
Supervisora Regional URFBIO Jequitinhonha.

ANEXO I – CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DO PROCESSO ELETIVO

| Atividade | Prazo | Local |
|---|---|---|
| Divulgação do Edital / Mobilização do Gestor perante os interessados | 06/12/2025 | Diário Oficial do Estado de Minas Gerais;<br>Site oficial do IEF;<br>Sede da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Jequitinhonha;<br>Sede da Unidade de Conservação;<br>Sede das Associações e Agremiações locais, entre outros meios de comunicação de divulgação. |
| Eventual recurso contra o Edital | 10/12/2025 | O recurso deve ser endereçado a Supervisora Regional do Instituto Estadual de Floretas e protocolado perante a Sede Administrativa da Estação Ecológica de Acauã, localizada à Rua Sergipe, S/N, Bairro Acauã de Minas, Leme do Prado/MG, CEP: 39.655-000. |
| Divulgação da decisão do recurso interposto contra o edital | 17/12/2025 | Quadro de avisos da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Jequitinhonha;<br>Quadro de avisos da Sede Administrativa da Unidade de Conservação; e<br>Site oficial do IEF:www.ief.mg.gov.br. |
| Cadastramento/Inscriçãodos interessados | 09/02/2026 | Os documentos para habilitação devem ser encaminhados à Sede Administrativa da Estação Ecológica de Acauã, localizada à Rua Sergipe, S/N, Bairro Acauã de Minas, Leme do Prado/MG, CEP: 39.655-000. |
| Habilitação | 11/02/2026 | Sede Administrativa da Estação Ecológica de Acauã, localizada à Rua Sergipe, S/N, Bairro Acauã de Minas, Leme do Prado/MG, CEP: 39.655-000. |
| Divulgação do resultado da habilitação | 12/02/2026 | Quadro de avisos da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Jequitinhonha;<br>Quadro de avisos da Sede Administrativa da Unidade de Conservação; e<br>Site oficial do IEF:www.ief.mg.gov.br. |
| Eventual recurso contra o resultado da habilitação | 24/02/2026 | O recurso deve ser endereçado ao presidente da comissão do processo eletivo e protocolado perante a Sede Administrativa da Estação Ecológica de Acauã, localizada à Rua Sergipe, S/N, Bairro Acauã de Minas, Leme do Prado/MG, CEP: 39.655-000. |
| Divulgação da decisão do recurso interposto contra a habilitação | 26/02/2026 | Quadro de avisos da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Jequitinhonha;<br>Quadro de avisos da Sede Administrativa da Unidade de Conservação; e<br>Site oficial do IEF:www.ief.mg.gov.br. |
| Eleição | 03/03/2026 | Sede Administrativa da Estação Ecológica de Acauã, localizada à Rua Sergipe, S/N, Bairro Acauã de Minas, Leme do Prado/MG, CEP: 39.655-000. |
| Divulgação do resultado da eleição | 04/03/2026 | Quadro de avisos da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Jequitinhonha;<br>Quadro de avisos da Sede Administrativa da Unidade de Conservação; e<br>Site oficial do IEF:www.ief.mg.gov.br. |

Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade, sob o número 3202512068850271361.